

## **Pela preservação da vida dos profissionais da educação pública estadual**

### **Grupo Escola Pública e Democrática - GEPUD**

Todos têm responsabilidades no enfrentamento ao coronavírus, mas elas são bastantes distintas e determinadas pelo poder que o cargo público e político confere aos “representantes do povo”.

O presidente Jair Bolsonaro não cansa de mostrar sua total incapacidade de lidar com a situação e desdenha da gravidade do problema. Em São Paulo, o governador João Dória também patinou na adoção de medidas que podem contribuir para evitar a propagação do vírus, cujos prejuízos podem ser recuperados se o país, na figura de seus governantes, garantir a vida da população.

O governo do estado orientou que as escolas funcionassem parcialmente durante uma semana, em meio à intensificação do contágio pelo Covid-19, o que colocou em risco as vidas de estudantes e profissionais da educação. O ensino público é de grande importância, mas não se trata de uma atividade essencial, portanto, as aulas poderiam ter sido totalmente suspensas.

O secretário de educação de São Paulo, Rossieli Soares, publicou Resolução, neste sábado (21/03/2020), orientando os diretores e gerentes de organização escolar a trabalharem na próxima semana nas escolas, com argumento de que é necessário garantir o envio das informações para pagamento dos servidores, “fazer a folha de pagamento”.

Orientação descabida, tendo em vista que este trabalho pode ser realizado de forma remota pelo diretor e gerente de organização escolar, preservando-os de possível contágio, potencializado pela circulação nas ruas e no transporte público.

A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) colocou as coisas de “pernas pro ar” na semana passada. Orientou professores a “ministrarem aulas” a distância para os estudantes não “perderem” conteúdos escolares e os diretores a irem às escolas para elaborarem a folha de pagamento. Nada mais exemplar do descompasso que a Seduc tem apresentado em relação às políticas educacionais e às orientações à rede de ensino há muito tempo. Não bastasse isso, a Seduc também emitiu uma Resolução suspendendo contratos de serviços terceirizados, prejudicando, assim, as vidas de milhares de trabalhadores, sem prerrogativa de qualquer medida assistencial por parte do governo, pois é fato que isso gerará demissões. Uma crueldade generalizada.

O secretário demonstra desconhecimento ou má fé quando propõe ensino à distância. Desconhecimento de que milhares de estudantes da rede pública estadual não têm acesso à internet e nem computadores em suas casas e suas famílias enfrentarão dificuldades financeiras, devido às condições de trabalho já precárias, sem quase nenhuma proteção social a que estão submetidas.

Parece desconhecer também, o senhor secretário de educação, que o processo educativo na escola básica não pode prescindir das relações que se dão pela convivência diária e que constitui elemento fundamental para a formação intelectual e moral de crianças, adolescentes e jovens.

Portanto, senhor secretário, coloque as coisas na sua ordem justa e racional, oriente os diretores a fecharem as escolas e “fazer a folha de pagamento” em casa e garanta a cada estudante da rede estadual paulista o direito de, quando a pandemia terminar, organizarem os calendários escolares de forma participativa e democrática para que os conteúdos escolares a que todos têm direito sejam trabalhados na escola, de forma presencial, como deve ser uma educação básica de qualidade e que se preocupa com a formação integral dos estudantes, e não apenas com um conjunto de “conteúdos” que podem ser verificados nas avaliações externas, como defende a Seduc.

**O GEPUD reúne profissionais da educação básica e superior pública do estado de São Paulo para discutir políticas que garantam o direito à educação e a gestão democrática da escola.**